

3ª CÂMARA CRIMINAL GABINETE DO DES. GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR  
APELAÇÃO CRIMINAL nº 0001680-07.2018.8.10.0108 Apelante: MATEUS ANDRADE  
CARNEIRO Advogado: JONATHAS CARVALHO DE SOUSA SANTOS (OAB/MA Nº 17.487)  
Apelado: MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL Relator: Desembargador GERVÁSIO  
PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR Revisora: Desembargadora SÔNIA MARIA AMARAL  
FERNANDES RIBEIRO APELAÇÃO CRIMINAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PLEITO  
ABSOLUTÓRIO. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. NÃO CABIMENTO.  
DESCCLASSIFICAÇÃO. ART. 28, DA LEI 11.343/06. INVIABILIDADE. TRÁFICO  
PRIVILEGIADO. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS ( § 4º, DO ART. 33, DA LEI DE  
DROGAS). FIXAÇÃO. PATAMAR INTERMEDIÁRIO. POSSIBILIDADE. DETRAÇÃO PENAL.  
COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA EXECUÇÃO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. I.  
Demonstradas a materialidade e a autoria do crime de tráfico de drogas  
(art. 33, caput, da Lei 11.343/2006), mediante provas submetidas ao crivo  
do contraditório e da ampla defesa, a manutenção da decisão condenatória é  
medida que se impõe. II. Afasta-se o pleito de desclassificação para o  
delito de posse de entorpecente para uso próprio (art. 28, da Lei de  
drogas), quando evidenciado que as circunstâncias de apreensão denotam a  
prática do delito previsto no art. 33, da Lei nº 11.343/06, mormente em  
razão de o recorrente ter reconhecido que não era usuário à época dos  
fatos imputados. III. Preenchidos os requisitos previstos no § 4º, do art.  
33, da Lei de drogas, a saber, a primariedade, a existência de bons  
antecedentes, a não dedicação às atividades criminosas e a não integração  
à organização criminosa, a incidência da causa de diminuição do tráfico  
privilegiado é medida de rigor. IV, A aplicação da redutora do tráfico  
privilegiado em patamar diverso do máximo demanda a aferição das  
circunstâncias do caso concreto. In casu, a redução do tráfico  
privilegiado no patamar de 1/2 (metade) é adequada à espécie, considerando  
a natureza e variedade de entorpecentes apreendida (maconha e crack), de  
acordo com orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça. V.  
Procedida a redução da pena e da sanção pecuniária e substituída a  
constrrição corporal por penas restritivas de direito, com fulcro no art.  
44, do CP, cabe ao juízo da execução eventual exame quanto à detração  
penal, nos termos do art. 66, III, c, da Lei de Execução Penal. IV.  
Apelação criminal conhecida e parcialmente provida. São Luís/MA, data do  
sistema. GERVÁSIO Protásio dos SANTOS Júnior Desembargador Relator (ApCrim  
0001680-07.2018.8.10.0108, Rel. Desembargador (a) GERVASIO PROTASIO DOS  
SANTOS JUNIOR, 3ª CÂMARA CRIMINAL, DJe 07/03/2023)